



REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 652/2020

PROCESSO N.º 746-B/2019

Recurso Extraordinário de Inconstitucionalidade

Em nome do Povo, acordam, em Conferência, no Plenário do Tribunal Constitucional:

I. RELATÓRIO

Miguel João Moraes, melhor identificado nos autos, interpôs o presente recurso extraordinário de inconstitucionalidade do Despacho datado de 20 de Abril de 2019, proferido pelo Plenário do Tribunal Supremo, no âmbito do Processo n.º 460/16.

O ora Recorrente após a aplicação da medida disciplinar de demissão da função pública que lhe foi aplicada pelo Ministro da Educação à data dos factos, por este gozar de foro especial, interpôs recurso contencioso de impugnação de acto administrativo junto da 3ª Secção da Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro do Tribunal Supremo, contra o referido Ministro, que julgou procedente a excepção de caducidade do recurso e absolveu o então Recorrido Ministro da Educação do pedido.

Não se conformando com a decisão supra referida, o Recorrente interpôs novo recurso para o Plenário do Tribunal Supremo, no âmbito do Processo n.º 460/16, que não admitiu o seu recurso contencioso de impugnação de acto

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JL', 'H. Soares', 'JK', 'Ju.', 'M. Almeida', and '1/2-1']

administrativo e proferiu o Despacho que o Recorrente ora vem recorrer no âmbito do presente recurso extraordinário de inconstitucionalidade.

Notificado para apresentar alegações de recurso, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 3/08, de 17 de Junho, Lei do Processo Constitucional (LPC), o Recorrente referiu, essencialmente o seguinte:

A interposição do recurso do Despacho do Tribunal Supremo que julgou procedente a excepção de caducidade dos autos de recurso contencioso de impugnação de acto administrativo sobre a sua demissão e, em consequência, a absolvição do Recorrido do pedido, a julgar pelas datas em que o Recorrente fez pessoalmente, não podia ter sido considerado como feita fora do prazo, na medida em que:

- a) Em Dezembro de 2003, o Recorrente foi sancionado injustamente com a pena de demissão, pelo Ministro da Educação. Fez um pedido de recurso gracioso, em Janeiro de 2004 e só teve resposta do indeferimento do pedido, proveniente do Gabinete Jurídico, em Dezembro de 2005;
- b) Em Janeiro de 2006, o Recorrente pediu ao Ministro da Educação a revisão do processo e, mais uma vez, recebeu um parecer de indeferimento do pedido, do Gabinete Jurídico, em Fevereiro do mesmo ano;
- c) Como resultado dos indeferimentos acima referidos pelo Ministro da Educação, em Maio de 2006, o Recorrente fez uma participação ao Procurador-Geral da República, que infelizmente, nunca foi notificado, por razões desconhecidas;
- d) Em Abril de 2009, recorreu à 6.ª Comissão de Trabalho da Assembleia Nacional, não tendo obtido sucesso;
- e) Em Janeiro de 2010, recorreu mais uma vez ao Tribunal Supremo, sem sucesso;
- f) Em Abril de 2010, foi ouvido pelo então Vice- Ministro da Educação para a Formação e Ensino Técnico Profissional, sem resultado positivo;
- g) Ainda em 2010, dirigiu-se ao Provedor de Justiça, igualmente, sem sucesso;
- h) Foi então que o Recorrente constituiu mandatário judicial para a defesa dos seus legítimos direitos, dirigindo a petição inicial ao Tribunal Supremo, em Maio de 2016;

- i) O atraso na interposição do recurso foi motivado por problemas ligados a documentos que deveriam ser anexados, em razão do seu valor probatório.

Termina pedindo que seja apreciado o Acórdão proferido aos 11 de Outubro de 2017 pela 3.^a Secção da Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro do Tribunal Supremo, no âmbito do Proc. N.º 460/16 e, em consequência, seja revogada a decisão de absolvição do Recorrido do pedido.

O processo foi à vista do Ministério Público.

Colhidos os vistos legais, cumpre, agora, apreciar para decidir.

II. COMPETÊNCIA

O presente recurso extraordinário de inconstitucionalidade foi interposto nos termos e com os fundamentos da alínea a) do artigo 49.º da LPC, norma que estabelece o âmbito do recurso extraordinário de inconstitucionalidade, para o Tribunal Constitucional, de *“sentenças dos demais tribunais que contenham fundamentos de direito e decisões que contrariem princípios, direitos, liberdades e garantias previstos na Constituição da República de Angola”*.

Ademais, foi observado o requisito do prévio esgotamento dos recursos ordinários legalmente previstos, nos tribunais comuns e demais tribunais, nos termos do parágrafo único do artigo 49.º da LPC.

Deste modo, tem o Tribunal Constitucional competência para apreciar o presente recurso extraordinário de inconstitucionalidade.

III. LEGITIMIDADE

Regra geral, a legitimidade processual é aferida por uma relação da parte com o objecto da acção. Essa relação é estabelecida pelo interesse da parte em demandar ou em contradizer, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 26.º do Código de Processo Civil (CPC), aplicável *ex vi* do artigo 2.º da LPC.

Ainda nos termos desse mesmo Código, os recursos só podem ser interpostos, por quem é parte principal na causa e que tenha ficado vencido (cfr. o n.º 1 do artigo 680.º do CPC).

O Recorrente, não tendo visto a sua pretensão atendida no Tribunal Supremo, esgotada a cadeia recursória, tem legitimidade para recorrer para o Tribunal Constitucional

IV. OBJECTO

O objecto do presente recurso é verificar a constitucionalidade do Despacho do Plenário do Tribunal Supremo, datado de 20 de Abril de 2019, que indeferiu o recurso do Acórdão da 3.ª Secção da Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro do referido Tribunal, no âmbito do Proc. N.º 460/16, e negou provimento ao pedido do Recorrente.

V. APRECIANDO

O Recorrente vem requerer a este Tribunal que verifique a constitucionalidade do Despacho, proferido pelo Plenário do Tribunal Supremo, no âmbito do processo de impugnação do acto administrativo que culminou com a demissão do aqui Recorrente.

O referido Despacho dá a conhecer que o ora Recorrente havia “*sido notificado do Acórdão de fls. 40 a 45 que julgou procedente a excepção de caducidade do recurso e, em consequência, absolveu o Recorrido da instância*” pelo que interpôs recurso para o Plenário do Tribunal Supremo (fls. 51 a 57).

Analisando a decisão vertida no referido Despacho, urge apreciar se o recurso deveria ou não, ser admitido.

Vejamos:

Revisitemos o referido Despacho proferido pelo Plenário do Tribunal Supremo que refere:

...

**«Estabelece o artigo 80.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-lei n.º 4-A/96, de 5 de Abril:
“Das decisões jurisdicionais em matéria de contencioso administrativo cabe**

recurso: dos acórdãos proferidos pela Câmara do Cível e Administrativo funcionando como Tribunal de primeira instância, para o Plenário do Tribunal Supremo”.

De acordo com o artigo 86.º, n.º 2, alínea b) do Decreto-lei n.º 4-A/96, de 5 de Abril: “o recurso não é admitido quando a decisão é irrecorrível, tenha sido interposta fora do prazo ou por quem não tenha legitimidade”.

Ora, analisando os autos, se constata que o Recorrente:

a) tem legitimidade, nos termos do artigo 84.º, al. a), por ser a parte vencida no processo.

b) a decisão é recorrível, nos termos do artigo 80.º, n.º 1, al. b), do Decreto-lei n.º 4-A/96, pelo que cabe recurso para o Plenário do Tribunal Supremo dos acórdãos proferidos pela Câmara do Cível e Administrativo funcionando como tribunal de primeira instância;

c) Porém o recurso foi interposto fora do prazo.

Senão vejamos,

“Estabelece o n.º 1 do artigo 85.º do Decreto-lei n.º 4-A/96, de 5 de Abril, sob a epígrafe (prazo de interposição de recurso), que “o prazo para a interposição de recurso é de oito dias, a contar da data da notificação da decisão de que se recorre...”.

Assim sendo, se o acórdão recorrido foi proferido a 11 de Outubro de 2017, (fls. 40 a 45); a decisão proferida foi notificada ao Recorrente a 22 de Agosto de 2018, (fls. 49); e o Recorrente apenas interpôs recurso a 21 de Setembro de 2018, claramente fê-lo fora do prazo de oito dias previstos por lei. Noutra vertente, na data em que foi interposto o recurso, 21.09.18, a decisão já havia transitado em julgado a 31.08.18 (vide fls. 51). Pelo que não restam dúvidas de que o Recorrente interpôs o recurso, passados mais de 21 dias do trânsito em julgado da decisão.

Nestes termos, o presente Recurso não pode ser admitido, por ter sido interposto fora do prazo, nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 85.º e do n.º 2 do artigo 86.º, ambos do decreto-Lei n.º 4-A/96, de 5 de Abril.»

No que concerne a prazos expirados, como antecedente jurisprudencial, referenciamos o Acórdão n.º 523/2018, de 18 de Dezembro, exarado por este Tribunal no Processo n.º 526-C/2016.

Tratou-se de uma questão de natureza laboral em que o Tribunal Constitucional veio dar provimento ao pedido do Requerente, de quem não conhecera o recurso por extemporaneidade, o que originou a reforma da decisão do Tribunal Supremo.

Mas não se afastou o dever que os tribunais têm, de obedecer às normas atinentes à contagem do tempo, para efeitos de assegurar a certeza e a segurança jurídica.

Pelo contrário, reconheceu-se que os tribunais a isso estão obrigados, pelo que, naquele caso específico, o que se verificou de incorrecto foi a base da contagem do tempo, pois, aplicou-se, erradamente, uma determinada norma da Lei Geral de Trabalho para a contagem do tempo.

Enfatiza-se que os presentes autos resultam de um recurso contencioso de impugnação de acto administrativo, sobre a demissão do Recorrente.

De acordo com os preceitos ditados pelo legislador ordinário, o contencioso administrativo angolano é o guardião da legalidade administrativa, ainda que também deva ser o defensor dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, segundo o disposto nos artigos 10.º a 12.º da Lei n.º 2/94, de 14 de Janeiro, Lei da Impugnação dos Actos Administrativos (LIAA) e nos artigos 24.º, n.º 2 do Decreto Lei n.º 4-A/96, de 5 de Abril, Regulamento do Processo Contencioso Administrativo.

Entretanto, o n.º 2 do artigo 2.º da Constituição da República de Angola (CRA), estipula que cabe à *“República de Angola promover e defender os direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados e assegurar o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas.”*

Na verdade, no cenário jurídico-administrativo angolano, os particulares dispõem de dois tipos de garantias, nomeadamente, as graciosas, isto é, garantias administrativas ou procedimentais e as contenciosas, ou seja, jurisdicionais.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Jm." and "D. 27"]

Todavia, a CRA acolhe o direito dos particulares a obterem, junto dos tribunais, a defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, por imperativo do artigo 29.º, que consagra o direito fundamental à tutela jurisdicional efectiva, e do artigo 174.º.

Outrossim, no caso vertente, em causa está o direito ao trabalho consagrado constitucionalmente, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 76.º da CRA, segundo o qual *“o despedimento sem justa causa é ilegal, constituindo-se a entidade empregadora no dever de justa indemnização ao trabalhador despedido, nos termos da lei.”*

Efectivamente, como em qualquer complexo normativo, nas normas do processo contencioso administrativo angolano existe um conjunto de princípios e pressupostos referentes à disciplina do exercício da acção, jurisdição e ao funcionamento do respectivo processo.

Nesta senda, vale dizer que, os pressupostos processuais do recurso, são as exigências legais de interposição do recurso. Na sua ausência, o tribunal recusa conhecer o fundo da causa e emitir uma decisão de mérito. (ISABEL CELESTE M. FONSECA e OSVALDO DA GAMA AFONSO, *in Direito Processual Administrativo Angolano, Noções Fundamentais*, Edições Almedina, 2013, pág. 75)

Contudo, só os actos administrativos definitivos e executórios, feridos de ilegalidade ou lesivos de direitos adquiridos, podem ser impugnados judicialmente, no que respeita à tempestividade ou oportunidade do recurso, sendo certo que este é um pressuposto que diz respeito aos prazos.

Nos termos do artigo 13.º, n.º 2, da LIAA, importa lembrar que o recurso contencioso (na verdade, o desencadeamento inicial da acção jurisdicional) pode ser proposto no prazo de 60 dias, a partir da data da notificação do mesmo, artigo 14.º da LIAA. Este prazo diz respeito aos actos anuláveis. Quanto aos actos nulos, estes podem ser impugnados a todo tempo. (ISABEL CELESTE M. FONSECA e OSVALDO DA GAMA AFONSO, *in Direito Processual Administrativo Angolano, Noções Fundamentais*, Edições Almedina, 2013, pág. 77).

Segundo os mesmos autores, na obra citada, pág. 77, perante um recurso interposto junto do tribunal, este começa por analisar, se é o tribunal

competente, a questão da legitimidade, a recorribilidade e, também, a questão da oportunidade do recurso, isto é, se o mesmo é tempestivo ou não.

O até aqui exposto, foi resolvido pelo Tribunal Supremo em 1.^a instância, em virtude da qualidade do então Requerido, que desempenhava as funções de Ministro da Educação, à data.

Com efeito, o Recorrente foi notificado do Acórdão da 3.^a Secção da Câmara Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro do referido Tribunal a 22 de Agosto de 2018 (conforme fls. 49 dos autos), e interpôs recurso a 21 de Setembro de 2018 (fls. 51 dos autos), ou seja, fora do prazo de 08 dias previstos por lei, conforme vertido no Despacho ora analisado *sub judice*.

Nesta conformidade, e de acordo com o disposto no artigo 85.º, n.º 1 do Regulamento do Processo Contencioso Administrativo (DL n.º 4-A/96, de 5 de Abril) “o prazo para interposição do recurso é de oito dias, a contar da data da notificação da decisão de que se recorre ou da data da sua publicação, em caso de revelia”.

Ademais, estipula o n.º 2, do artigo 86.º do mesmo diploma legal que “O recurso não é admitido quando a decisão é irrecorrível, tenha sido interposta fora do prazo ou por quem não tem legitimidade”.

Todavia, as normas sobre o prazo para interposição de recurso no contencioso administrativo, estão em harmonia com as normas do CPC aplicável em Angola, mais concretamente, no n.º 1 do artigo 685.º, isto é, a interposição dos recursos é de oito dias. Só assim se pode assegurar o cumprimento do princípio da certeza e a segurança jurídica, em cumprimento do princípio fundamental da supremacia da Constituição e do princípio da legalidade, conforme previsto no n.º 2 do artigo 6.º da CRA.

Por conseguinte, e à luz de tudo acima expendido, o Tribunal Constitucional considera que não se verifica qualquer violação a princípios constitucionais, como alega o Recorrente, e o Despacho do Tribunal Supremo está em conformidade com a Constituição da República de Angola e a lei.

DECIDINDO

Nestes termos,

Tudo visto e ponderado, acordam em Plenário os Juízes do Tribunal Constitucional em:

negar provimento ao presente recurso, por não terem sido ofendidos direitos fundamentais, nem violados direitos consagrados na Constituição

Sem custas, nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 3/08, de 17 de Junho, Lei do Processo Constitucional.

Notifique.

Tribunal Constitucional, em Luanda, 25 de Novembro de 2020.

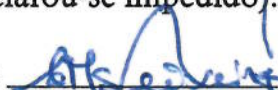
OS JUÍZES CONSELHEIROS

Dr.ª Guilhermina Prata (Vice-Presidente) – Relatora



Dr. Carlos Alberto Burity da Silva (Declarou-se impedido).

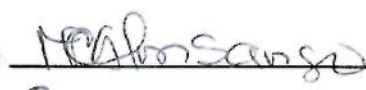
Dr. Carlos Manuel dos Santos Teixeira



Dr.ª Josefa Antónia dos Santos Neto



Dr.ª Maria da Conceição de Almeida Sango



Dr. Simão de Sousa Victor



Dr.ª Victória Manuel da Silva Izata

